

Relatório Anual 2016

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste
Sao Gabriel do Oeste - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 11 de março de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador-CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ceileiro Centro Oeste - Sicredi Ceileiro Centro Oeste
CNPJ/MF nº 03.566.655/0001-10

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
CIRCULANTE	427.207	347.371	CIRCULANTE	229.079	209.066
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	7.621	6.635	DEPÓSITOS (NOTA 11)	49.198	44.153
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	138.632	138.398	Depósitos à Vista	47.336	43.061
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	7	Depósitos a Prazo	1.862	1.092
Depósitos no Banco Central	-	45	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	145.263	114.860
Correspondentes no país	382	349	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	25	1
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	138.249	137.997	Repasses Interfinanceiros (NOTA 12)	145.238	114.859
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	264.266	192.610	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	344	468
Operações de Crédito	274.779	204.294	Recursos em Trânsito de Terceiros	344	468
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(10.513)	(11.684)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	-	5.372
OUTROS CRÉDITOS	12.073	9.166	Empréstimos País - Outras Instituições	-	5.372
Créditos por Avais e Fianças Honorados	2	16	OUTRAS OBRIGAÇÕES	34.274	44.213
Rendas a Receber	1.170	1.102	Cobrança e Arrecadação de Tributos	49	36
Diversos (NOTA 07)	11.043	8.165	Sociais e Estatutárias	1.798	1.424
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(142)	(117)	Fiscais e Previdenciárias	1.110	869
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	4.615	562	Diversas (NOTA 14)	31.317	41.884
Outros Valores e Bens	4.686	816			
(Provisão para desvalorização)	(189)	(480)			
Despesas Antecipadas	118	226			
NÃO CIRCULANTE	39.577	31.195	NÃO CIRCULANTE	142.419	101.788
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	14.212	13.528	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	142.419	101.788
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	260	228	DEPÓSITOS (NOTA 11)	142.047	100.877
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	260	228	Depósitos a Prazo	142.047	100.877
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	13.771	13.087	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	372	911
Operações de Crédito	17.838	16.671	Repasses Interfinanceiros	372	911
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(4.067)	(3.584)			
OUTROS CRÉDITOS	181	213			
Diversos (NOTA 07)	184	213			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(3)	-			
PERMANENTE	25.365	17.667	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	95.286	67.712
INVESTIMENTOS (NOTA 08)	10.831	9.191	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	48.987	37.132
Outros Investimentos	10.831	9.191	De Domiciliados no País	50.172	37.503
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	11.972	6.280	(Capital a Realizar)	(1.185)	(371)
Outras Imobilizações de Uso	15.726	9.535	RESERVAS DE SOBRAS	37.326	25.146
(Depreciação acumulada)	(3.754)	(3.255)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	8.973	5.434
INTANGÍVEL (NOTA 10)	2.562	2.196			
Outros Ativos Intangíveis	4.362	3.610			
(Amortização acumulada)	(1.800)	(1.414)			
TOTAL DO ATIVO	466.784	378.566	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	466.784	378.566

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste
CNPJ/MF nº 03.566.655/0001-10

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	Ato Cooperativo	(Não Auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	(Reapresentado) Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	31.282	-	31.282	60.432	-	60.432	64.197	1	64.198
Operações de Crédito	30.470	-	30.470	59.605	-	59.605	64.181	1	64.182
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	812	-	812	827	-	827	16	-	16
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(14.977)	(254)	(15.231)	(31.812)	(352)	(32.164)	(49.580)	(336)	(49.916)
Operações de Captação no Mercado	(8.784)	(10)	(8.794)	(16.470)	(15)	(16.485)	(12.093)	(18)	(12.111)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.716)	(244)	(3.960)	(7.575)	(337)	(7.912)	(28.481)	(318)	(28.799)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.477)	-	(2.477)	(7.767)	-	(7.767)	(9.006)	-	(9.006)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.305	(254)	16.051	28.620	(352)	28.268	14.617	(335)	14.282
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.201)	1.397	(2.804)	(8.074)	2.466	(5.608)	(1.391)	2.718	1.327
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.898	2.576	5.474	5.083	4.746	9.829	4.380	3.887	8.267
Rendas de Tarifas Bancárias	2.638	-	2.638	5.068	-	5.068	3.585	1	3.586
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(9.407)	(608)	(10.015)	(17.569)	(916)	(18.485)	(14.729)	(844)	(15.573)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(5.774)	(538)	(6.312)	(11.486)	(957)	(12.443)	(9.950)	(1.074)	(11.024)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(14)	(131)	(145)	(26)	(239)	(265)	(22)	(197)	(219)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	12.184	360	12.544	30.014	395	30.409	24.645	1.305	25.950
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 14)	(6.726)	(262)	(6.988)	(19.158)	(563)	(19.721)	(9.300)	(360)	(9.660)
RESULTADO OPERACIONAL	12.104	1.143	13.247	20.546	2.114	22.660	13.226	2.383	15.609
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(83)	(1)	(84)	167	(2)	165	(352)	5	(347)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	12.021	1.142	13.163	20.713	2.112	22.825	12.874	2.388	15.262
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	251	251	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	144	144	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	107	107	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	12.021	1.393	13.414	20.713	2.112	22.825	12.874	2.388	15.262
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.112	(2.112)	-	2.388	(2.388)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	12.021	1.393	13.414	22.825	-	22.825	15.262	-	15.262
DESTINAÇÕES	-	-	-	(13.852)	-	(13.852)	(9.828)	-	(9.828)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.491)	-	(3.491)	(2.856)	-	(2.856)
Fates - Estatutário	-	-	-	(897)	-	(897)	(543)	-	(543)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(8.076)	-	(8.076)	(4.891)	-	(4.891)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.388)	-	(1.388)	(1.538)	-	(1.538)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	8.973	-	8.973	5.434	-	5.434

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste
CNPJ/MF nº 03.566.655/0001-10

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Contingências	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	32.683	16.953	50	3.116	52.802
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(1.207)	(1.207)
Destinações para reservas	-	1.764	(50)	(1.714)	-
Outras destinações	-	-	-	(195)	(195)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	4.186	-	-	-	4.186
Baixas de capital	(2.461)	-	-	-	(2.461)
Resultado do período	-	-	-	15.262	15.262
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(543)	(543)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.891	-	(4.891)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.724	-	-	(2.856)	(132)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.538	-	(1.538)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	37.132	25.146	-	5.434	67.712
Mutações do Período	4.449	8.193	(50)	2.318	14.910
Saldos no início do período em 01/01/2016	37.132	25.146	-	5.434	67.712
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(2.114)	(2.114)
Destinações para reservas	-	2.716	-	(2.716)	-
Outras destinações	-	-	-	(604)	(604)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	9.897	-	-	-	9.897
Baixas de capital	(1.390)	-	-	-	(1.390)
Resultado do período	-	-	-	22.825	22.825
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(897)	(897)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.076	-	(8.076)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.348	-	-	(3.491)	(143)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.388	-	(1.388)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	48.987	37.326	-	8.973	95.286
Mutações do Período	11.855	12.180	-	3.539	27.574
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	39.725	27.862	-	9.411	76.998
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	6.459	-	-	-	6.459
Baixas de capital	(545)	-	-	-	(545)
Resultado do período	-	-	-	13.414	13.414
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(897)	(897)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.076	-	(8.076)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.348	-	-	(3.491)	(143)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.388	-	(1.388)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	48.987	37.326	-	8.973	95.286
Mutações do Período	9.262	9.464	-	(438)	18.288

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste
CNPJ/MF nº 03.566.655/0001-10

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	11.180	22.384	19.255
Resultado do semestre/exercício	13.414	22.825	15.262
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(2.234)	(441)	3.993
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(1.623)	(687)	3.688
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(4)	(290)	81
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(42)	27	25
Depreciação do imobilizado de uso	482	831	496
Amortização do intangível	210	386	330
Baixas do ativo permanente	90	90	176
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(136)	(27)	(14)
Destinações ao FATES	(897)	(897)	(543)
Dividendos SicrediPar	(314)	126	(246)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(11.793)	(17.787)	33.914
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(17)	(32)	(229)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.130	6	11
(Aumento) Redução em créditos vinculados	5	45	(5)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(274)	(32)	(48)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(81.479)	(71.652)	(3.695)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	57.271	29.866	8.259
(Aumento) Redução em outros créditos	(2.617)	(3.030)	(1.615)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(2.442)	(3.762)	455
Aumento (Redução) em depósitos	281	46.214	31.034
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(115)	(124)	268
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(5.844)	(5.372)	(12.339)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(374)	(1.065)	(766)
(Redução) Aumento em outras obrigações	20.682	(8.849)	12.584
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(613)	4.597	53.169
Aquisição de Investimentos	-	(1.640)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.266)	(6.613)	(3.496)
Aplicações no Intangível	(169)	(752)	(997)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.435)	(9.005)	(4.493)
Integralização de capital	6.459	9.897	4.186
Baixa de capital	(545)	(1.390)	(2.461)
Juros ao capital próprio	(143)	(143)	(132)
Distribuição de Sobras	-	(2.718)	(1.402)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	5.771	5.646	191
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.723	1.238	48.867
Caixa e equivalente de caixa no início do período	144.147	144.632	95.765
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	145.870	145.870	144.632

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 13/09/1999 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 08, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima citados, foi efetuada a reclassificação das seguintes informações: No Balanço Patrimonial os passivos tributários foram reclassificados para o grupo de Outras Obrigações Diversas, no exercício anterior estavam alocados em Outras Obrigações Fiscais e Previdenciárias e na Demonstração de Sobras ou Perdas foram realocados alguns dos valores referentes a "Rendas de tarifas bancárias", bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa. Todos os valores foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação entre os exercícios de 2015 e 2016, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	347.420	(49)	347.371
OUTROS CRÉDITOS	9.215	(49)	9.166
Diversos	8.214	(49)	8.165
Ativo Não circulante	31.146	49	31.195
OUTROS CRÉDITOS	164	49	213
Diversos	164	49	213
Passivo circulante	209.066	-	209.066
OUTRAS OBRIGAÇÕES	44.213	-	44.213
Fiscais e Previdenciárias	874	(5)	869
Diversas	41.879	5	41.884

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	1.327	-	1.327
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	8.428	(161)	8.267
Rendas de Tarifas Bancárias	3.425	161	3.586
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	34.143	(229)	33.914
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	53.398	(229)	53.169
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.722)	229	(4.493)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	7.621	6.635
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	138.249	137.997
Total	145.870	144.632

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	260	228
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	260	228
Total realizável a longo prazo	260	228

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	175.371	16.237	191.608	144.982
Financiamentos	2.219	1.247	3.466	5.585
Financiamentos rurais e agroindustriais	97.189	354	97.543	70.398
Carteira total	274.779	17.838	292.617	220.965

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	2	-	2	16
Devedores por compra de valores e bens	151	183	334	308
Títulos e créditos a receber (i)	7.626	1	7.627	5.221
Total	7.779	184	7.963	5.545

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	114.127	66.517	571	333
Nível B	1,00	137.158	103.086	1.372	1.031
Nível C	3,00	23.222	32.862	697	986
Nível D	10,00	10.040	8.285	1.004	828
Nível E	30,00	2.495	2.415	748	723
Nível F	50,00	5.994	2.775	2.997	1.388
Nível G	70,00	692	1.582	484	1.108
Nível H	100,00	6.852	8.988	6.852	8.988
Total (i)		300.580	226.510	14.725	15.385

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				2015	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	3.000	34.715	107.272	10.356	155.343	113.183
Rural	89	3.813	93.287	354	97.543	70.398
Industrial	8	1.118	689	419	2.234	6.223
Comércio	457	15.790	12.819	4.678	33.744	25.348
Outros Serviços	703	3.815	4.983	2.215	11.716	11.358
Total	4.257	59.251	219.050	18.022	300.580	226.510

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	38.340	12,76	23.639	10,44
50 devedores seguintes	89.607	29,81	61.275	27,05
100 devedores seguintes	64.983	21,62	49.439	21,83
Demais	107.650	35,81	92.157	40,69
Total	300.580	100	226.510	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	15.385	11.672
Constituição de provisão	7.767	9.006
Movimentação de baixados para prejuízo	(8.427)	(5.293)
Saldo final	14.725	15.385

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.985 (2015 - R\$ 2.189), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 5.399 (2015 - R\$ 7.250).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	229	181
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.795	1.964
Devedores por compra de valores e bens	151	145
Devedores por depósitos em garantia	296	321
Impostos e contribuições a compensar	254	230
Títulos e créditos a receber	7.626	5.220
Valores honrados	7	7
Operações com cartões	25	23
Pendências a regularizar	50	59
Outros	610	15
Total Circulante	11.043	8.165
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	49
Devedores por compra de valores e bens	183	163
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	184	213

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	4.686	816
Imóveis	4.444	630
Veículos e afins	86	26
Bens em regime especial	156	160
Despesas antecipadas	118	226
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(189)	(480)
Total Circulante	4.615	562

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 189 (2015 - R\$ 480) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	3.894	3.468
Sicredi Participações S.A.	6.936	5.722
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	10.831	9.191

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	2.249.469 ON	1.855.826 ON	1	1	3.894.376	3.467.930
	4.686.497 PN	3.866.407 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,80%	0,71%	0,63%	0,72%	11,72%	10,60%
Capital social	869.279	804.351	165	138	33.215	32.723
Patrimônio líquido	911.739	874.462	204.709	193.717	35.663	34.580
Lucro líquido do exercício	41.442	62.184	10.965	3.676	308	640
Valor do investimento	6.936	5.722	1	1	3.894	3.468

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	15.726	(3.754)	11.972	6.280
Imobilizações em curso	-	5.069	-	5.069	3.804
Instalações	10%	5.897	(1.654)	4.243	751
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.791	(561)	1.230	693
Sistema de comunicação	10%	120	(38)	82	59
Sistema de processamento de dados	20%	2.523	(1.321)	1.202	826
Sistema de segurança	10%	196	(123)	73	47
Sistema de transporte	20%	130	(57)	73	100
Intangível (i)	5% a 15%	4.362	(1.800)	2.562	2.196
Investimentos Confederação		4.334	(1.800)	2.534	2.196
Outros ativos intangíveis		28	-	28	-
Total		20.088	(5.554)	14.534	8.476

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	47.336	-	-	47.336	43.061
Depósitos a prazo	772	1.090	142.047	143.909	101.969
Total	48.108	1.090	142.047	191.245	145.030

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	97.087	69.296
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	97.087	69.296
Outros Recursos	48.151	45.563
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	48.151	45.563
Total circulante	145.238	114.859
Recursos do Crédito Rural	350	837
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	350	837
Outros Recursos	22	74
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	22	74
Total exigível a longo prazo	372	911

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 10,39% a.a. com vencimentos até 15/06/2018, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	-	5.372
Outras instituições	-	5.372
Total circulante	-	5.372

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015 (Reapresentado)
Cheques administrativos	15.072	31.069
Obrigações por convênios oficiais	10	5
Provisão para pagamentos a efetuar	4.104	3.428
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	139	166
Provisão para coobrigações (i)	2.012	1.358
Pendências a regularizar	309	41
Operações com cartões	7.340	4.950
Demais fornecedores	1.305	217
Credores diversos	1.026	650
Total circulante	31.317	41.884

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	55	141	(166)	30
Cível	106	24	(26)	104
Tributária	5	-	-	5
Total	166	165	(192)	139

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	30	55
Cível	Provável	104	106
Tributária (i)	Provável	5	5
Total		139	166

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária(i), cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 122 e R\$ 2.536 (2015 - R\$ 106 e R\$ 5), respectivamente.

A cooperativa Sicredi Celeiro Centro Oeste possui em andamento o processo nº 0801225-02.2016.8.12.0018 em que discute o tributo ISSQN. Visto que essa matéria possui jurisprudência favorável no judiciário, a Cooperativa ingressou com ação judicial declaratória atingindo o valor de R\$ 2.536, para que o crédito tributário seja cancelado, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	48.987	37.132
Total de associados	25.054	22.392

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 11.855 (2015 – R\$ 4.449), sendo R\$ 3.348 (2015 – R\$ 2.724) via integralização de resultados e R\$ 9.897 (2015 – R\$ 1.390), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.390 (2015 – R\$ 2.461).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8,5% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.491, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	22.825	15.262
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(9.587)	(6.410)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate milhas cartão	(1)	58
Provisão de PPR	10	11
Receita com atos cooperativos	8.699	5.150
Juros sobre o capital próprio	1.466	1.142
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	307
Outros	(587)	(258)
Subtotal	9.587	6.410
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	260	228
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	138.249	137.997
Outros Créditos - Rendas a receber	506	593
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.265	1.037
Despesas antecipadas (Nota 08)	74	194
Investimentos (Nota 08)	10.831	9.191
Intangível (Nota 10)	2.562	2.196
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	145.610	115.770
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	-	5.372
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	7.096	4.930
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	827	16
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	2.669	50
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	26.125	15.519
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	-	3
Operações de Empréstimos e Repasses	8.795	7.341
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	988	827
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	5.891	5.570

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	135	0,29%	104
Depósitos a prazo	2.171	1,51%	504
Operações de crédito	12.601	4,31%	6.058

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	2.039	1.636

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 12.443 (2015 - R\$ 11.024), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	359	294
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	18.538	14.992
Reversão de provisões operacionais	2.771	1.216
Outras rendas operacionais	8.741	9.448
Total	30.409	25.950

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	2.491	2.092
Contribuição O.C.E.	113	91
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	215	615
Contribuição Confederação Sicredi	3.450	3.247
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	1.638	1.335
Encargos da administração financeira	101	85
Repasse Administradora de Cartões	483	285
Outras provisões operacionais	2.313	487
Outras despesas operacionais	8.917	1.423
Total	19.721	9.660

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	98.813	61.340
Total	98.813	61.340

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	94.114	67.159
Capital principal - CP	94.114	67.159
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	37.326	25.146
Lucros acumulados	8.973	5.434
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	1.172	553
Total do capital qualificado	94.114	67.159
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	52.946	39.759
Índice sobre o PR considerando a RBAN	18,70%	18,65%
Situação para o limite de imobilização	13.363	7.924
Índice de imobilização (limite 50%)	14,20%	11,80%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Eduardo Duarte Gonçalves

Diretor Executivo

CPF: 992.302.831-34

Sérgio Aparecido da Silva Coelho

Diretor de Operações

CPF: 796.473.911-53

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz

Contador

CR: RS-071614/O-8

CPF: 961.880.300-72